



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 070

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	Ângelo Vanhoni
<i>Líder da Oposição</i>	Durval Amaral
<i>PTB</i>	Carlos Simões
<i>PFL</i>	Plauto Miró Guimarães
<i>PSDB</i>	Ademar Traiano
<i>PMDB</i>	Antonio Anibelli
<i>PPB</i>	Duílio Genari
<i>PT</i>	Luciana Rafagnin
<i>PDT</i>	Neivo Beraldin
<i>PSL</i>	Luiz Carlos Martins
<i>PL</i>	Chico Noroeste
<i>PPS</i>	Waldir Leite
<i>PSB</i>	Ratinho Júnior

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE SETEMBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Carlos Simões.

Às hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes a senhora deputada Elza Correia e o senhor deputado Francisco Bühner (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Requerimento do deputado Nelson Garcia: requer licença para tratamento de saúde de 180 dias, conforme atestado em anexo. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento do deputado Nelson Tureck: “estou reassumindo o meu mandato parlamentar junto a esta Casa de Leis, cumprido o período que estive licenciado para tratamento de saúde”.

Devidamente lido.

Já assume o seu lugar o deputado Nelson Tureck. E na primeira suplência, substituindo o deputado Nelson

Garcia, continua o deputado Luiz Fernandes da Silva Litro.

Vamos dispensá-lo do juramento, tendo em vista que já prestou quando da sua permanência aqui na Casa, no lugar do deputado Nelson Tureck.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte Expediente:

Ofício:

OFÍCIO GDNT Nº 0675/2003

Senhor Presidente:

Com este expediente, venho à ilustre presença de V. Exa. comunicar que, em data de hoje, 09 de setembro de 2003, estou reassumindo meu mandato parlamentar junto a esta Casa de Leis, cumprindo o período em que estive licenciado para tratamento de saúde.

Sendo o que de importante havia para esta oportunidade, renovo votos de alta estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 76/2003

Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O deputado Nelson Tureck dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A estadualização da estrada intermunicipal que liga os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal, trajeto que passa pela localidade de Vista Alegre, numa extensão de 35 km.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A estadualização da estrada intermunicipal que liga os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal tem importância fundamental para o desenvolvimento daquela região, que atualmente sofre enormes transtornos, primeiro por ser em leito natural e segundo pelas enormes dificuldades de conservação que as prefeituras têm, tendo em vista o alto fluxo de veículos que demandam nesse trecho. Ainda no aspecto estratégico, esse trecho dará continuidade à PR-364 (único acesso asfaltado a Altamira do Paraná) até a BR-466 (via Palmital), ligando dessa forma a região Centro-Oeste do Paraná, principalmente os municípios dos Vales do Rio Cantu e Rio Piquiri à região de Guarapuava (Anel de Integração).

É portanto mister o apoio dos nobres pares para esta reivindicação, que, concretizada, estará resgatando um velho compromisso com aquelas duas comunidades.

INDICAÇÃO Nº 088/2003

Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O deputado que este subscreve se dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A fruticultura é uma atividade primordial porque gera empregos no campo, ocupa a mão-de-obra familiar, possibilita a maior agregação de renda com a diversificação agrícola e potencializa a cadeia produtiva da agroindustrialização.

2 - A fruticultura se desenvolve em todo o Paraná: hoje são cerca de 26.000 produtores cultivando aproximadamente 50.000 hectares e há grandes produtores no setor, a maioria é constituída de pequenos agricultores que cultivam, em média, uma área de 2,30 hectares.

3 - Considerando que o Paraná possui condições favoráveis ao solo, clima, relevo para a expansão dessa atividade, tomamos a liberdade de propor a V. Exa. a implantação de um Programa Estadual de Fruticultura que contemple, dentre outras, o zoneamento agroclimático, irrigação, planejamento estratégico e a comercialização com o objetivo de melhorar o desempenho do setor e representar mais riquezas para a nossa economia.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) HERMES FONSECA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1954

Senhor Presidente:

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 19/2003, que institui o serviço voluntário no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1969

Senhor Presidente:

Tendo em vista a justificativa em anexo, os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e com base no artigo 62, parágrafo 3º da Constituição Estadual, e no artigo 36 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 15 (quinze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar, nos últimos 20 (vinte) anos, os resultados dos programas públicos voltados à regularização fundiária e à reforma agrária neste Estado, e demais questões relacionadas ao tema.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(aa) DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, ADEMAR TRAIANO, LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, HERMAS BRANDÃO, VALDIR ROSSONI, DUÍLIO GENARI, NELSON JUSTUS,

FRANCISCO BÜHRER, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, CLEITON KIELSE, DOUTOR LUCIANO, RENI PEREIRA, MAURO MORAES, RATINHO JÚNIOR e JOCELITO CANTO.

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos vinte anos, em que a agricultura paranaense cresceu a taxas mais elevadas que as nacionais e ganhou produtividade que a coloca entre as mais competitivas do mundo, intensificou-se, de forma contraditória, a pressão social por assentamentos no campo e, em contrapartida, foram feitos maciços investimentos públicos nessa área. Apesar disso, a população não está inteiramente a par dos resultados de tais ações, tanto no que se refere aos recursos públicos investidos quanto em relação à prestação de contas pelos beneficiados por esses programas.

Por outro lado também é de fundamental importância para os interesses socioeconômicos de nosso Estado, para a segurança de nossos trabalhadores do campo, dos produtores e da população em geral, e principalmente, para assegurar a ordem pública através do cumprimento da lei e das decisões judiciais que garantem o estado de direito, que se investiguem e apurem os abusos que vêm sendo cometidos mediante a sistemática e indiscriminada invasão de terras, em flagrante e ostensivo desrespeito aos princípios que regem a reforma agrária racional e justa, que se faz necessária. As invasões tal como procedidas, acarretam, inexoravelmente, o desemprego, a insegurança, a retração de investimentos, e o conseqüente declínio econômico no Estado, conforme diuturnamente denuncia-se através da mídia estadual e nacional.

REQUERIMENTO Nº 1962

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 092/2003, de sua autoria, tendo em vista que está entrando com proposições de indicação para objetivar a execução dos projetos a serem arquivados.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1957

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratamento de saúde de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado em anexo.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON GARCIA

COORDENADORIA MÉDICA

LAUDO MÉDICO Nº 019/2003

Aos nove dos do mês de setembro de 2003 a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Nelson Garcia, concluiu achar-se o mesmo com

C.I.D.10 - F.32.O, E.10 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte).

Tendo lhe sido concedido 180 (cento e oitenta) dias de licença, para tratamento a partir de 09.09.2003. término 06.03.2004.

REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações ao engenheiro agrônomo José Aroldo Galassini, presidente da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. - Coamo, por ter sido agraciado, com muita justiça, com o Prêmio “Homem do Ano de 2002 no Comércio Exterior do Paraná”.

Requer ainda que da aprovação deste, seja dado ciência ao presidente da Coamo, engenheiro agrônomo José Aroldo Galassini (Rua Fioravante João Ferri, 99 - Jardim Alvorada - Caixa Postal 460 - CEP 87308-445 - Campo Mourão / PR).

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Numa iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, FIEP, Instituto Centro de Comércio Exterior - Cexpar e jornal Indústria & Comércio, foi realizada no dia 14 de julho a solenidade de entrega do 5º Prêmio Maiores Exportadores do Paraná - Ano 2002.

Um dos destaques da solenidade, foi a homenagem ao presidente da Coamo, engenheiro agrônomo José Aroldo Galassini, que recebeu o título de Homem do Ano de Comércio Exterior do Paraná em 2002. O prêmio é um reconhecimento à trajetória de sucesso do presidente da Coamo, que possui atributos dedicados às pessoas vencedoras, quais sejam: “coragem, determinação, perseverança, visão, fé, tenacidade e inteligência”.

REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações e reconhecimento à Coamo - Cooperativa Agropecuária Mourãoense, pela realização, com o mais absoluto sucesso, de mais uma edição da já consagrada Copa Coamo de Futebol Suíço, que neste ano obteve o envolvimento de 500 equipes, 7500 atletas agricultores, 624 jogos, 47 municípios do Estado do Paraná e Santa Catarina, onde foram marcados 1600 gols e numa incontestável prova de disciplina e companheirismo, apenas 06 cartões vermelhos foram mostrados pelos árbitros.

Requer ainda, que da aprovação desta, seja dado ciência à diretoria pelo seu presidente, engenheiro agrônomo Aroldo Galassini (Rua Fioravante João Ferri, 99 -

Jardim Alvorada - Caixa Postal 460 - CEP 87308-445 - Campo Mourão / PR).

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Maior evento esportivo rural do país, a Copa Coamo de Futebol Suíço, tem como princípio básico o envolvimento sócio-esportivo do quadro de cooperados da maior empresa privada do Paraná; que apresenta a cada nova edição, números que impressionam pela sua grandiosidade: 500 equipes, 7500 atletas agricultores, 624 jogos em 6 etapas regionais, 47 municípios envolvidos dos Estados do Paraná e Santa Catarina (base de ação da Coamo), resume-se neste evento a preocupação que a Diretoria da Coamo tem em manter vivos os ideais cooperativistas da empresa sonhada a 33 anos pelo engenheiro agrônomo José Aroldo Galassini, fundada por 79 pioneiros de Campo Mourão e região, genuinamente nacional que orgulha o Paraná e o Brasil.

REQUERIMENTO Nº 1956

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Plenário, sejam consignados na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de congratulações pela passagem do Dia do Médico Veterinário, que na presente data transcorre.

Sala das Sessões, em 09/09/2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

O médico veterinário é um profissional que se dedica à promoção, ao controle e ao aproveitamento da vida animal. Com um sólido domínio dos conhecimentos científicos, dos métodos de análise e das técnicas próprias das ciências veterinárias, esta categoria profissional tem prestado relevantes serviços ao país e à população como um todo.

Sua contribuição começa com o bem-estar da vida animal e se estende para a produção animal; para a contribuição na definição das plantas de processamento e elaboração de produtos animais; para as empresas públicas nas áreas de saúde, agropecuária, laboratórios farmacêuticos e organismos internacionais.

É notória sua contribuição para a posição que o Brasil vem ocupando entre os campeões da produtividade agroindustrial, com destaque ímpar para a qualidade de seus animais de abate e de seus produtos largamente exportados.

É amplamente reconhecido o seu papel face à saúde das comunidades, junto às quais exerce papel de extrema relevância nas lides da Vigilância Sanitária e Animal, em preservação da saúde das pessoas.

Finalmente, é preciso salientar a consciência crescente desses profissionais e sua luta contínua a favor da ecologia e do desenvolvimento sustentável do meio ambiente.

Por tudo isso, merece essa valorosa classe essa singela homenagem de votos de congratulações pela passagem de seu dia comemorativo, por parte desta Casa Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 1960

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à senhora Maria Aparecida Dutra Barbosa.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços, por esta senhora prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda que seja dado ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1961

Senhor Presidente:

Usando de suas prerrogativas regimentais, o deputado que subscreve o presente documento, REQUER, após a aquiescência desta Casa Legislativa, seja oficiado ao Exmo. governador do Estado, para que seja revista a decisão governamental e seja autorizado o retorno da construção da mini-usina hidrelétrica, projetada sobre o rio São Francisco, localizado no município de Ouro Verde do Oeste.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A construção da mini-usina hidrelétrica, é de interesse público, pois o desenvolvimento econômico do País depende, basicamente, do fornecimento dessa fonte energética.

É uma fonte necessária. Quase indispensável para a sobrevivência do ser humano. Logo, quando se utiliza de forma racional e sustentável os recursos naturais para esse fim, justificam-se todos os investimentos econômicos.

A usina, portanto, projetada sobre o Rio São Francisco, se enquadra dentro desses parâmetros.

Em sua construção, o meio ambiente terá poucas alterações, pois o local apresenta situações próprias para a instalação, sem que impactos significativos ocorram, em prejuízos aos aspectos ambientais.

O empreendimento atenderá à necessidade que os governos estadual e federal têm, em estimular a auto-produção e a produção independente de energia elétrica.

Será construída, portanto, com capital privado, exclusivamente, numa região onde a base da sustentação da economia é feita pelo setor primário, com ênfase na produção de soja, milho e trigo, e onde, igualmente, a pecuária, a suinocultura e a avicultura, são muito fortes e representativas no contexto da economia estadual.

O empreendimento da mini-usina, por conseguinte, além de incrementar grandemente a economia

local, ainda ajudará de forma decisiva na fixação do homem no campo.

Os municípios de Ouro Verde Oeste e Toledo, serão os mais diretamente beneficiados, porque são periféricos ao local privilegiado para essa construção, além do Estado, que será fortalecido em seu sistema elétrico.

Em havendo o controle da qualidade ambiental e um projeto que atenda todas as normas e a legislação vigente do Estado, no setor energético, não há porque não aprovar o presente requerimento, recomendando ao governador do Estado do Paraná, a autorização para o retorno da construção dessa usina sobre o Rio São Francisco, no município de Ouro Verde do Oeste.

REQUERIMENTO Nº 1934

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Saúde, solicitando recursos financeiros no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados à aquisição e instalação de compressores e fluxômetros nas enfermarias da Santa Casa e conserto do aparelho de ultra-som.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Esses aparelhos encontram-se danificados há mais de 02 (dois) anos, sem nenhuma condição de uso, prejudicando seriamente aos usuários do sistema de saúde.

A Santa Casa é referência em Rosário do Ivaí e municípios circunvizinhos, mas a falta de recursos financeiros para o conserto e aquisição dos equipamentos citados está impedindo que serviços essenciais sejam prestados à população.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Ferreira Delazari, reivindicando, em caráter emergencial, a designação de nove funcionários para o IML de Ponta Grossa, para melhorar o atendimento.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Médico legal - IML, de Ponta Grossa, atende 35 (trinta e cinco) municípios da região dos Campos Gerais, 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias da semana, com apenas cinco médicos legistas, dois auxiliares de necrópsia e estagiários na administração.

Para se ter um mínimo de operacionalidade e eficiência de serviços, é impreterível a designação de mais

dois médicos, dois auxiliares de necrópsia, dois auxiliares administrativos, dois digitadores de laudos e um supervisor de serviços.

Isto posto e com a certeza da importância da reivindicação, pedimos o apoio dos demais deputados desta Casa de Leis.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 508/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Bairro São Pedro, com sede e foro no município de Formosa do Oeste-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Bairro São Pedro, estabelecida na Estrada Formosa a Aymorés, no município de Formosa do Oeste - PR, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores dessa comunidade, com duração indeterminada, tendo por finalidades:

a - congregar os moradores da referida comunidade e outros que venham a integrar a associação, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos;

b - estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores integrantes da associação, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade;

c - representar perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, os interesses dos moradores da associação;

d - manter serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com organismos públicos e particulares;

e - manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer, em benefício dos associados e moradores em geral.

PROJETO DE LEI Nº 509/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Comunidade de Santa Terezinha- AMCST, com sede e foro no município de Formosa do Oeste-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Comunidade de Santa Terezinha- AMCST, com sede e foro no município de Formosa do Oeste-PR, é uma sociedade civil sem finalidade lucrativa, política, partidária ou religiosa, com prazo indeterminado de duração, tendo por finalidades:

a - estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da localidade, seus problemas, recursos e aspirações;

b - promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária;

c - representar os moradores em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;

d - promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social, econômico, e o bem-estar da comunidade;

e - receber e distribuir recursos de qualquer espécie e natureza;

f - colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas da comunidade, pleiteando as respectivas soluções.

PROJETO DE LEI Nº 510/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Olavo Bilac, ensino fundamental e Médio, com sede e foro no município e comarca de Ubatuba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Olavo Bilac, com sede e foro na comarca de Ubatuba- PR, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao conselho escolar.

PROJETO DE LEI Nº 511/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Moreira Sales - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Moreira Sales - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Moreira Sales - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales - PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao conselho escolar.

PROJETO DE LEI Nº 512/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Prof. Nyldes de Arruda - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Moreira Sales - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(A) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Prof. Nyldes de Arruda - ensino fundamental, APM Professor Nyldes de Arruda, com sede e foro no município de Moreira Sales - PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao conselho escolar.

PROJETO DE LEI Nº 513/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei nº 13.899, de 25 de novembro de 2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Manoel Martins- Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Rancho Alegre d'Oeste- PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(A) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por único objetivo a alteração do nome da APM- Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Manoel Medina Martins - Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Rancho Alegre d'Oeste - PR.

PROJETO DE LEI Nº 514/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação para o município de Engenheiro Beltrão, dos lotes de terras de sua propriedade a seguir: lote de terras nº 12, da quadra 54, do perímetro urbano da cidade, com área de 705 m ,devidamente matriculado sob o nº 7.597 do Livro 2 - Registro Geral; Lote de Terras nº 13, da quadra 54, do perímetro urbano da cidade, com área de 705 m ,devidamente matriculado sob o nº 7.598, do Livro 2, Registro Geral, ambos no município e comarca de Engenheiro Beltrão - PR.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o artigo 1º, desta lei, será utilizado pela prefeitura Municipal para construção de prédio destinado ao funcionamento de escola municipal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente projeto de lei atender justa reivindicação da comunidade de Engenheiro Beltrão, que tem na construção dessa escola municipal, oportunidade singular de desenvolver aprendizado num estabelecimento público de qualidade.

Por esta e tantas outras razões é que conclamamos aos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para que dêem o seu aval a justo pleito.

PROJETO DE LEI Nº 515/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino Fundamental e Médio, APM Duque de Caxias, com sede e foro no distrito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(A) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino Fundamental e Médio, APM Duque de Caxias, com sede e foro no distrito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao conselho escolar.

PROJETO DE LEI Nº 517/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Profª Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli- Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Moreira Sales- PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(A) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Profª Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales - PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao conselho escolar.

PROJETO DE LEI Nº 516/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede e foro no distrito de Vila Gianello, município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede e foro no município de Moreira Sales - PR, localizada no distrito de Vila Gianello, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 518/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Professora Leonilda Obadowski Prado - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Leonilda Obadowski Prado - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales - PR, localizada no Distrito de Vila Gianello, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 519/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APPAF - Associação de Pais, Professores e Funcionários do centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Maria Antonieta Scarpari - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APPAF - Associação de Pais de Pais, Professores e Funcionários do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Maria Antonieta Scarpari - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 520/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR, localizada em São José, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 521/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, com sede e foro no Distrito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, com sede e foro no Distrito de Paraná D'Oeste, município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 522/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Professor Geraldo Prehl - Educação Infantil, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Professor Geraldo Prehl - Educação Infantil, com sede e foro no município de Moreira Sales - PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 523/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a AC - Associação Cantuzinho, com sede e foro no Distrito de Geremias Lunardelli, município de Nova Cantu, Comarca de Campina da Lagoa-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A AC - Associação Cantuzinho, com sede e foro no Distrito de Geremias Lunardelli, município de Nova Cantu, Comarca de Campina da Lagoa-PR, é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, destinada a organizar a Comunidade Rural e Urbana do Distrito de Geremias Lunardelli.

PROJETO DE LEI Nº 524/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Moreira Sales, com sede no município de Moreira Sales e foro na Comarca de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Moreira Sales - PR, tem desenvolvido um trabalho de suma importância para com as crianças carentes do município. Essa entidade não possui fins lucrativos, tendo por finalidade a promoção social da família, assistindo em particular, a maternidade, a infância, a adolescência e a terceira idade, através de programas, ações e serviços voltados às áreas sociais, de saúde, da educação, da habitação e da formação profissional.

Portanto é de suma importância reconhecê-la de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 525/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maternal de Sarandi - Amas, com sede e foro no município de Sarandi.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Maternal de Sarandi - Amas -, com sede na Rua Atílio Salvalágio, 625, no município de Sarandi, atende cento e sessenta alunos na educação infantil, em média, atende 35 gestantes, através do Clube das Mães.

São crianças de 0 a 6 anos atendidas na creche. Já o trabalho com as gestantes, normalmente de 15 a 30 anos, recebem enxoval e orientação para cuidar do bebê.

O trabalho da entidade é essencial para a comunidade de Sarandi, sobretudo porque oferece qualidade de vida melhor para crianças e gestantes, em trabalho suplementar ao Poder Público local.

A concessão do Título de Utilidade Pública é justo reconhecimento ao trabalho da Associação.

PROJETO DE LEI Nº 526/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna obrigatório o atendimento com hora marcada em todos os ambulatorios dos hospitais estaduais.

Art. 2º - A Secretaria Estadual da Saúde, baixará as normas necessárias para implantação desta lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Estadual da Saúde.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O atendimento médico ao cidadão é um direito e um dever do Estado, porém os serviços nos ambulatorios sem hora marcada, cria um transtorno na vida dos pacientes.

O objetivo deste projeto é melhorar a vida dos pacientes e proporcionar aos médicos uma melhor organização em relação ao atendimento aos pacientes.

PROJETO DE LEI Nº 527/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a beneficiar, em caso de empate em concursos públicos e vestibulares estaduais, o doador regular de sangue sendo a prerrogativa doador regular de sangue critério de desempate.

Art. 2º - A Secretaria Estadual de Saúde baixará normas regulamentando e definindo o termo doador regular de sangue.

Art. 3º - A Secretaria Estadual de Saúde emitirá carteira de controle das doações de sangue, comprovando a regularidade das doações.

Art. 4º - Os benefícios desta lei servirão como critério subsidiário de desempate, devendo ser observada a legislação em vigor já existente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto de lei é incentivar a doação de sangue, oferecendo ao doador regular de sangue uma vantagem no caso de este prestar um concurso público estadual, ou um vestibular em uma universidade pública estadual.

Nos dias de hoje pelo fato de, tanto a procura por um emprego, como pelo ingresso numa universidade pública ser muito grande, nos faz acreditar que esta lei será um instrumento utilíssimo para solucionar a carência dos bancos de sangue no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 528/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatório que todos os estabelecimentos situados no território do Estado do Paraná que ofereçam ou possuam estacionamento para seus clientes, bem como os estacionamentos pagos, tenham seguro, dos veículos que estejam sob sua guarda, contra roubo, furto e acidentes.

Art. 2º - É direito do cidadão do Estado do Paraná, quando entregar seu veículo aos cuidados das empresas de estacionamentos pagos ou não, recebê-lo nas mesmas condições em que o entregou.

Art. 3º - As empresas referidas no *caput* desta lei deverão apresentar anualmente a órgãos a ser determi-

nado pelo Poder Executivo cópia da apólice de seguro a que se refere a presente lei.

a) a não apresentação da cópia da apólice de seguro no prazo estipulado implicará em multa de 10.000 Ufir's;

b) na reincidência, a multa será aplicada em dobro;

c) se seis meses após a aplicação da primeira multa a empresa não apresentar a cópia da apólice de seguros a que se refere o *caput* desta lei, a empresa será fechada até que seja cumprida esta exigência.

Art. 4º - As empresas referidas no *caput* desta lei terão o prazo de noventa dias após a sua promulgação para se adequarem à mesma.

Art. 5º - A fiscalização do cumprimento desta lei será realizado por órgão a ser determinado pelo Poder Executivo.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Constantemente observamos estabelecimentos que oferecem serviço de estacionamento sendo acionados judicialmente por danos causados aos veículos ali estacionados pelos seus manobristas ou por terceiros.

Todo estabelecimento ou empresa que quer oferecer este tipo de serviço ou comodidade aos seus clientes, deve também arcar com os seus riscos e custos, pois não é justo que o cliente que entrega o seu veículo a estes estabelecimentos o receba avariado.

Este é o tipo de atitude que aqueles que nos confiaram o mandato legislativo esperam que tomemos, pois legislar em seu benefício é o nosso dever.

PROJETO DE LEI Nº 529/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Especial de Demissão Voluntária para os professores estaduais vinculados à Secretaria de Estado da Educação e ao Paranaeducação.

Parágrafo Único - O Programa terá duração de 01 (um) ano, a partir da publicação desta lei.

Art. 2º - O chefe do Poder Executivo, no exercício de sua competência regulamentar, determinará a modalidade de incentivo e a origem dos recursos necessários.

Parágrafo Único - As modalidades de incentivo ao desligamento do programa são:

a) incentivo financeiro por ano de serviço; ou

b) incentivo ao desligamento gradativo com prejuízo de remuneração.

Art. 3º - Fica vedado a qualquer tempo, a recontração do funcionário ou servidor que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária.

Art. 4º - No caso dos professores contratados pelo regime CLT, a demissão se processará obedecendo suas normas e garantindo-se o incentivo proposto no artigo 2º.

Art. 5º - É vedado qualquer tipo de constrangimento visando pressionar os professores a aderir ao Programa Especial de Demissão Voluntária, devendo-se apurar eventuais denúncias de constrangimento.

Art. 6º - Excluem-se do presente programa, os ocupantes de cargos em comissão.

Art. 7º - Outros benefícios que também incentivem a demissão voluntária poderão ser adotados pelo Poder Executivo.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Plauto Miró Guimarães, Elio Rusch, Jocelito Canto, Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

É grande a preocupação dos professores que contratados pelo regime da CLT no Estado, foram recentemente aprovados em concurso público para exercer o magistério sob o regime estatutário do funcionalismo público, uma vez que ao optar pelo novo regime renunciariam aos direitos adquiridos decorrentes do contrato de trabalho anteriormente firmado.

A presente proposta visa assegurar aos professores a necessária segurança quanto aos seus direitos trabalhistas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

(**Declina**)

Concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa aqui presente.

Hoje vamos usar desta tribuna para falar de três assuntos de suma importância. O primeiro, é referente ao Instituto Médico Legal de Ponta Grossa que por determinação da chefia estadual está, a partir da zero hora do dia primeiro, não fazendo mais necrópsia a partir da meia-noite, e os corpos só são liberados no dia seguinte. Então, nós achamos, deputado Vanhoni, um verdadeiro absurdo!

Nós aprovamos aqui nesta Casa duzentos cargos para o Teatro Guaíra e estou entrando com um requeri-

mento hoje, uma solicitação, para que aprovemos mais cargos para o Instituto Médico Legal de Ponta Grossa e conseqüentemente, para o Paraná. Temos lá poucas pessoas trabalhando. Os auxiliares de necrópsia fazem uma verdadeira ciranda para atender à população e precisamos criar cargos para o IML nas mesmas proporções que aprovamos para o Teatro Guaíra! Não sou contra a cultura, mas sou a favor que exatamente possamos criar os cargos para o Instituto Médico Legal.

Não é admissível que um corpo dê entrada à 01h00 da manhã e só seja liberado no dia seguinte às 10h00 da manhã!

Eu acho que a questão do IML é prioridade, por isso peço ao governo que mande a esta Casa um pedido de criação de cargos...

O Sr. Ângelo Vanhoni

Só uma pergunta V. Exa. já entrou com um projeto dessa natureza?

O SR. JOCELITO CANTO

Entrei com um pedido, um requerimento, hoje, pedindo mais cargos, porque não acho justo o IML fechar meia-noite, até porque a família quando dorme e recebe um telefonema de madrugada, do IML, é porque é uma tragédia. O corpo fica estendido lá - claro que vão buscá-lo, mas vai ficar lá até o outro dia às 08h00, para ser liberado às 10h00 quer dizer, acho que não é justo para família nenhuma. Quando morrer um "bacana" tenho certeza que vão abrir o IML. Daí, vai "quebrar o pau"! Então, é preferível que se aumentem os cargos e se coloquem pessoas para trabalhar no Instituto Médico Legal de todo Paraná.

Essa lei para mim é absurda! É absurdo isso que está sendo feito aqui no Estado do Paraná. Conversei com o secretário Delazari; ele é contra isso e disse que iria mudar essa posição. Em Ponta Grossa só estão liberando os corpos na madrugada porque há uma vontade dos médicos que estão fazendo por conta e há boa vontade dos funcionários que estão se quebrando lá.

Então, deputado Vanhoni, precisamos de cargos para o Instituto Médico Legal. Esse é o primeiro destaque que quero fazer.

O segundo - eu vou cobrar a partir de hoje, deputado Vanhoni, todo dia com muita educação, com muito respeito, não vou ser deselegante, mas quero pedir o leite das crianças para Ponta Grossa e os Campos Gerais. Nós estamos completando uma gestão do governo Roberto Requião, nove meses, e o leite ainda não chegou lá, na maior bacia leiteira, deputado Zucchi, nosso presidente neste momento, a maior bacia leiteira do Paraná está lá em Ponta Grossa, está em Carambeí, está em Castro e nós não conseguimos levar o leite às criancinhas de Ponta Grossa, que é uma das cidades mais pobres hoje na periferia. E nós precisamos do leite.

Então, a partir de hoje, todos os dias eu vou subir a esta tribuna e vou cobrar o leite, porque a barriga da cri-

ancinha de Ponta Grossa, que precisa do leite, é a mesma do Vale do Ribeira, é a mesma dos lugares aonde o governo lançou.

Por isso vou cobrar todos os dias até que o governador cumpra com o que prometeu. “Toda criança, quando nascer, merece um litro de leite por dia.”

Espero que o governo atenda a essa solicitação que estou fazendo.

Foi compromisso de campanha do governador e espero que ele cumpra, com a nossa criancinha de Ponta Grossa.

Já estamos com uma gestão pronta! Nove meses de governo, deputado Barbosa Neto. Já há tempo suficiente porque a barriguinha das criancinhas de Ponta Grossa ainda não estão recebendo leite, e aquela região tem a maior bacia leiteira do Brasil.

Já tem deputado sugerindo que cada deputado compre duas vaquinhas e ponha lá para atender as crianças. Daí vai ficar chato para o governo se isso acontecer. Já tem deputado nos bastidores dando sugestão!

E, para finalizar, senhor presidente e senhores deputados, vou entrar com um projeto nos próximos dias, nesta Casa, uma sugestão apresentada pelo grupo de idosos de Santa Paula, um bairro de Ponta Grossa - a Bernadete, tem muitos aposentados, senhores de idade, que restam três ou quatro anos para se aposentarem e não conseguem porque faltam três ou quatro anos para haver a contribuição. Eles não conseguem se aposentar.

Então, vou entrar com um projeto autorizatório, ou indicação nos próximos dias, solicitando ao governo do Estado que faça uma frente de trabalho para a terceira idade.

Porque o velhinho, deputado Stica, quando passa dos 45, 48 anos não arruma emprego em lugar nenhum, às vezes, faltam três anos para se aposentar e a Previdência não o aposenta, porque ele tem que pagar esses anos. Já que o governo cria tantos cargos, por que não cria uma frente de trabalho dedicada à 3ª idade? Isso beneficiaria os velhinhos que poderiam prestar algum tipo de orientação nas escolas; poderia, prestar algum trabalho de experiência de serviço em clubes, e com isso eles ganhariam o direito de poder se aposentar recebendo um salário dessa frente de trabalho.

Essa é uma sugestão que vem de Ponta Grossa e nós queremos colocar nesta Casa, para que o governo pense no social, pense nos idosos e pense na aposentadoria daqueles que não conseguiram se aposentar ainda.

Era isso, senhor presidente.

Estamos indo a Brasília hoje, representar esta Casa, junto com outros deputados, nesta luta parlamentar em benefício da tributação que favoreça os municípios.

Muito obrigado, senhor presidente, muito obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho no dia de hoje a esta tribuna para, depois de um prazo de mais de vinte dias, de um acordo que firmamos com o líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, nesta Casa, ainda, no começo do mês, quando começamos a coletar assinaturas dos deputados estaduais num requerimento para formar uma CPI sobre todas as questões relacionadas à reforma agrária do Estado do Paraná. E, depois de termos uma CPI com número necessário para ser criada neste Casa, o líder do Governo pediu-nos um prazo. Prazo, para que ele pudesse tentar em Brasília uma solução da questão agrária no Estado do Paraná.

Dentro de um entendimento mediado pelo presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, nós fizemos com que o prazo pudesse se dar e ao mesmo tempo para que pudéssemos aguardar na esperança e na vontade de ver uma solução vinda de Brasília.

Infelizmente, até o dia de hoje, não tivemos nenhuma solução, com relação a todos os procedimentos da reforma agrária no Estado do Paraná e pior, senhor presidente e senhores deputados, tivemos, sim, nos últimos dias, confrontos não desejados por nenhuma das partes, nem da parte do proprietários rurais e, ao mesmo tempos da parte das famílias que compõem o movimento no Estado do Paraná.

Foi o caso de Foz do Jordão, onde vimos pessoas sendo mortas em um confronto entre uma empresa de segurança que guardava uma propriedade rural e integrante do movimento sem-terra. Vidas lá se perderam e não é isso que nós queremos, senhor presidente e senhores deputados.

Depois disso, vimos os problemas enfrentados no município de Imbituva, onde a imprensa denunciou que integrantes do Movimento Sem-Terra ali estavam cobrando de um proprietário rural, cem mil reais, para que a área dele não fosse invadida.

Então, chegou a hora! Infelizmente, senhor presidente e senhores deputados, chegou a hora de protocolarmos esta CPI à Mesa da Assembleia Legislativa! É um requerimento que temos com mais de vinte e uma assinaturas, sendo que o número necessário é dezoito, e nós encaminharemos, neste momento, à Mesa, para que o presidente da Casa possa constituir essa Comissão Parlamentar. Quero deixar claro a todos os deputados desta Casa, para que todos os Partidos indiquem os seus integrantes para essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Por que, senhor presidente?

Nós queremos uma investigação, sem tendência. Espero que todos os Partidos façam as suas indicações, como o PT, o PMDB, o PSDB, o PFL, o PPS, o PL, o PTB, enfim, todos os Partidos que têm nesta Casa seus representantes, para que possamos, a partir da hora que forem indicados os deputados que vão compor essa Comissão, juntos escolheremos o presidente, o relator, o vice-presidente, para que os trabalhos possam começar. E deixar claro aqui que o objetivo dessa CPI é bem claro:

ela vai investigar e apurar, nos últimos vinte anos, os resultados dos programas públicos destinados à regularização fundiária e à reforma agrária no Estado do Paraná.

Este é o objetivo da CPI, e quero aqui convocar a todos, com muita responsabilidade, porque este é um tema que tem mexido com toda a sociedade paranaense e com o Brasil a fora, para que todos participem e se dediquem para podermos elucidar e trazer aqui informações importantes, como por exemplo, quantos assentamentos temos no Estado do Paraná, quantos assentamentos foram feitos nesses últimos 20 anos; quantas famílias receberam o seu lote de terra e quantas dessas famílias continuam na propriedade rural, no pedaço de terra que receberam no programa da reforma agrária; se essas famílias estão tendo condições de produzir nesses assentamentos e o que estão produzindo; se essas famílias estão tendo condições de produzir nesses assentamentos e o que estão produzindo; se essas famílias tinham ligação com a terra, e lembro que um dia desses tivemos aqui o Celso Lacerda, técnico competente que está à frente do Incra, e na pergunta que lhe fizemos, se as pessoas que estavam cadastradas para receber terra nos próximos programas do Incra, se tinham ligação com a terra no passado.

(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PFL)

E ele deixou claro que mais de 50% das famílias credenciadas não têm ligação com a propriedade rural, com a cultura, com a terra. Então, tudo isso temos que investigar, temos que trazer à tona, temos que discutir para que possamos, inclusive, colaborar. Pelo que sinto, este modelo de reforma agrária que está implantado no País não está dando certo!

Está aqui a imprensa de Ponta Grossa, divulgando que uma investigação que o próprio Incra fez, um levantamento que fez no assentamento Che Guevara, no município de Teixeira Soares, nobre deputado Bradock, vizinho ao município de Ponta Grossa, e lá foram assentadas mais de noventa famílias naquele assentamento e mais de quarenta já venderam o seu pedaço de terra que ali receberam e já foram para as grandes cidades novamente, porque não tiveram apoio para que pudessem ali produzir e morar e uma parte deles, com certeza, não tinha vocação, não tinha ligação com a terra.

Então, aí realmente é difícil, quem nunca produziu, quem nunca teve ligação com a terra, estar lá em um assentamento tentando produzir. Então, tem que se fazer uma ampla radiografia de toda essa situação e esperamos a contribuição de todos os deputados desta Casa.

Concedo um aparte ao deputado Elton Carlos Welter.

O Sr. Elton Carlos Welter

Deputado Plauto, o governo brasileiro tem como uma das prioridades fazer a reforma agrária e ela já está sendo feita no sentido de tentar garantir que, quem está na roça, fique na roça.

O governo brasileiro, através da Conab, já está adquirindo milho dos pequenos produtores e dos assentamentos da reforma agrária; já é uma medida que vai garantir. Infelizmente, se não havia uma política agrícola decente, a partir de agora, com todos os recursos aportados para os programas de financiamento da agricultura familiar que saltou de 2,2, para mais, em torno de 5,4 bilhões de reais para a agricultura familiar; já é, de certa forma, uma garantia de que quem está na roça, continuar lá. A Embrapa também vai pesquisar preferencialmente os produtos produzidos pela agricultura familiar. Dá uma demonstração de quanto este governo está preocupado em garantir que o pequeno fique na roça.

Então, é um direito de vocês encaminhar essa CPI, mas seria salutar também que se fizesse uma CPI das gri-lagens que ocorreram neste Paraná. Isso é importante que se diga, também neste Parlamento.

O SR. PLAUTO NMIRÓ GUIMARÃES

Muito obrigado, deputado Welter.

Eu concordo com V. Exa. programas nós vemos em nosso País para que dêem condições do pequeno produtor continuar lá na sua propriedade, entre eles, o Pronaf, que é um instrumento de financiar e ajudar os pequenos proprietários a conseguirem sobreviver no seu pequeno pedaço de chão.

A realidade é uma só, hoje a competitividade no mundo inteiro é muito grande e para que possa um hectare de terra produzir o suficiente para tirar o resultado econômico, tem que usar uma alta tecnologia, e quem não usa, se inviabiliza, se quebra e acaba tendo que vender sua terra para poder procurar nas grandes cidades uma expectativa melhor de vida.

Então, queremos o apoio de todos, inclusive, de V. Ex. deputado Welter, para que possa nos ajudar nesta CPI a buscar e levantar informações suficientes para apontarmos se está certo tudo isso que está acontecendo no Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto

Deputado Plauto Miró Guimarães, eu gostaria apenas de interromper o que o senhor está colocando para me colocar favoravelmente a esta CPI, porque entendo que o próprio Partido dos Trabalhadores gostaria de ver tiradas quaisquer dúvidas que possam pairar sobre algumas invasões de terra.

O próprio presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ao mudar o comando do Incra no Brasil, mostra que não está satisfeito com a política fundiária que está sendo adotada pelo governo federal. O que nos preocupa ainda mais aqui no Paraná, que é o segundo maior Estado em número de invasões no País, é uma denúncia, o senhor mesmo já se reportou, que na região de Ibituva, fazendeiros estariam tendo que pagar uma propina ao MST no valor de cem reais, para evitar que suas terras sejam invadidas.

Então, não queremos colocar nenhuma culpa aqui no MST ou mesmo no PT, mas quando a fazenda do tio do presidente do PT é invadida na região de Ortigueira, alguma coisa errada nisso tudo, com certeza existe. Se tiver que se fazer com relação à grilagem, também concordo com o deputado Elton Welter.

Nada mais oportuno do que a instalação desta CPI. O senhor esperou todos os prazos pedidos, inclusive, pela base aliada do Governo; então, não pode passar deste momento. A justificativa de que vai aumentar, acirrar os ânimos no campo realmente, não permanece sólida em um momento como este.

E gostaria também de citar a presença na tribuna da nossa Assembléia, no dia de hoje, do ex-presidente da Câmara Municipal de Londrina, ex-vereador Célio Guergoletto, e pré-candidato a prefeito do nosso município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito que proceda à finalização do seu pronunciamento.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Queremos que o PT indique os seus representantes, para que essa CPI possa investigar também os problemas de grilagem no Estado do Paraná. Ela ficou aberta de certa forma, para que possamos investigar, analisar e buscar informações sobre todos os problemas relacionados à questão fundiária e os problemas agrários no estado do Paraná.

O Sr. Jocelito Canto

Eu pedi um aparte para cumprimentá-lo, deputado Plauto, e dizer que o bloco independente desta Casa, já fez o pedido. Acho que o melhor pedido para o governador do Paraná é trocar o Padre Roque. O senhor tem razão. O Padre Roque acirrou muito essa confusão no interior, crescendo muito o número de invasões e ocupações, graças a essa liberdade que o Padre Roque tem.

Nós já demos sugestão aqui. Time que não está ganhando tem que trocar. É aquilo que o senhor falou no jornal, hoje.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Obrigado, nobre deputado Jocelito.

Esperamos que o governador sinta e tenha a sensibilidade, que a coisa lá não está funcionando bem e tome a iniciativa de fazer as mudanças necessárias no seu governo.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu faço essa questão de ordem, para saber da Mesa quantas CPI's estão, no momento funcionando na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A Mesa vai solicitar essa informação à assessoria e responderá à Questão de Ordem indagada por V. Exa.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O Poder Legislativo é o Poder mais aberto, e não poderia ser diferente, e também o mais democrático e suscetível a críticas; à abordagem do contraditório, especialmente, até daqueles que levemente buscam atingir os seus fins, sem se preocupar com a expressão da verdade.

Tivemos, para surpresa minha, um jornal que é respeitado, e faz o bom jornalismo no nosso Estado, que ao longo dos seus anos é pioneiro de uma terra pioneira, que não se deparou com as dificuldades, mas construiu naqueles prados vermelhos, depois da terra tombada, ajudou a construir uma grande civilização, uma grande economia e um povo, que quero crer, é a essência da miscigenação da Nação brasileira.

Quero falar da Folha de Londrina, jornal fundado por João Milanês, que atrevido como deve ser todo jornalista, homem de imprensa, buscou sempre divulgar de forma positiva o nosso Estado, a nossa gente. Esse respeitado jornal trouxe em manchete, no último dia 07 de setembro, uma oração da independência dos brasileiros, uma reportagem sobre o custo da Assembléia Legislativa.

Entre eles, na parte interna, deputado Luiz Carlos Martins: "o povo paga 150 milhões por ano para manter a Assembléia Legislativa". Esta é a chamada.

Depois, entre outras considerações, diz que a Assembléia Legislativa terá um orçamento de 290 milhões, dos quais 110 milhões serão destinados ao Tribunal de Contas, como órgão auxiliar, e 180 milhões de reais destinados à Assembléia Legislativa para custeio do Poder.

Ele diz: o dinheiro que mantém o Legislativo funcionando vem do caixa do Estado, que é alimentado basicamente pelo pagamento de impostos dos paranaenses. Ora, não é basicamente! É exclusivamente, porque a esta Casa não vem recursos de empréstimo! A esta Casa não vem recursos de contribuições. Esta Casa tem uma participação sobre a Receita Líquida Corrente que são de impostos; não de contribuições, não de empréstimos. E ainda diz mais: cada gabinete parlamentar recebe por mês 60 mil reais!

Ora, quando vi esta reportagem me indignei, porque esta não é a participação do meu gabinete e o meu gabinete - como qualquer um dos outros 53 deputados - não tem a responsabilidade de sustentar o Poder. É como se agora eu fosse puxar o valor da governadoria e digo - o Roberto Requião custa para os paranaenses "xis" o valor. Ora, estou chamando todo o custo da estrutura do gabinete. Não é esta a questão e não recebe. Quem paga é a Assembléia e paga os assessores, porque dá a entender,

de forma extremamente dúbia, de que o deputado recebe 60 mil reais.

Embaixo, tem um esclarecimento de que a Assembléia evoluiu, de que a Assembléia tem problemas, que falta um canal de televisão há muito reclamado, mas o canal de televisão não tem só que estar quando nós estamos na Oposição! Ele tem que existir enquanto Poder para divulgar, para permitir que as coisas aqui tenham transparência e atinja a população e nós prestemos contas via este canal, este meio de comunicação.

Depois diz que nós melhoramos, mas com uma reportagem desta é um desserviço, 1º secretário, Nereu Moura, porque foi esta Casa com os seus erros, com os seus pecados, que resistiu contra a venda da Copel. Isto não tem preço! O que devemos é informar com coerência e com seriedade as questões que formam a razão, mas agora, fazer de forma maliciosa é que nós não podemos permitir, e respeito muito a jornalista que escreveu esse texto, que eu até quero crer que não deva ter saído dela, porque ela sabe diferenciar entre custo e receber. É básico entre custo e receber. Se colocasse que no custo os deputados têm este valor, não teria errado. Agora, dizer que recebe o gabinete do deputado, deputado Nereu Moura, 60 mil reais, é tentar criar polêmica da informação desvirtuada na sociedade paranaense.

Ocupo esta tribuna para aqui registrar o meu protesto a um jornal que respeito, a uma jornalista que tenho carinho, mas que não posso admitir, de forma alguma, que a Casa possa levar isto para a sua história em manchete.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, quero registrar a presença, no plenário, do Sr. Livaldo Gemin, diretor da FAEP; Antônio Carlos Ferreira, advogado; Marcos, presidente do Sindicato Rural da cidade de Ponta Grossa, e o presidente da UDR do Paraná, Marcos Brochet.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado.

À questão de Ordem do deputado Neivo Beraldin, levantada anteriormente, esta Presidência tem a informar: - existem em funcionamento na Casa, cinco CPI's: Pedágio, Copel, Jogos da Natureza, Paracidade e Banestado, sendo que o relatório conclusivo da CPI do Pedágio foi encaminhado à Comissão Executiva da Casa, mas não foi aprovado em Plenário.

Essa era a informação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Senhor presidente, esta é uma discussão que cabe à Mesa Executiva, ao senhor presidente. A CPI do Pedágio foi concluída e votada na Comissão. Foi aprovada com voto em separado do deputado Bradock, mas a maioria aprovou.

Agora, é decisão da Mesa, se tem que passar pelo Plenário ou não.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Na verdade o relatório da CPI, deputado, é regimental, tem que passar pelo Plenário.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Então, se o Regimento diz isso é para que o mais rápido se proceda.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o senhor Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, membros da imprensa aqui presentes.

Gostaria de, mais uma vez agradecer aos 34 parlamentares que subscreveram, juntamente conosco, uma emenda aditiva e modificativa ao Projeto de Lei nº 429/2003, o chamado Refis estadual que está vindo hoje para a 2ª Discussão, nesta Casa.

Ocupo este espaço por dois motivos: o primeiro é que estaremos, logo mais às 16 horas, nos encaminhando, juntamente com os deputados Ademir Bier, Jocelito Canto, Stica e mais alguns parlamentares que já se encontram em Brasília, para, juntamente com o governador Roberto Requião e alguns secretários, acompanharmos amanhã uma comitiva de prefeitos paranaenses na grande marcha tentando sensibilizar o governo federal, para algumas coisas no que diz respeito ao projeto de Emenda Constitucional da Reforma Tributária sejam revistas, principalmente assegurando aos Estados e municípios não só autonomia, mas um pouco mais de sobrevivência e um pouco mais de recursos. Esta marcha, este movimento visa sensibilizar o governo federal.

Em segundo lugar, para falar sobre essa emenda que nós apresentamos a Mesa, na data de hoje, que é uma emenda tentando garantir àqueles contribuintes de ICMS do Estado do Paraná que não serão beneficiados com o Refis, ou seja, aqueles que estão em dia com suas contas perante o Estado, com sua conta do imposto que pagaram em dia, muitas vezes a duras penas, deixando de honrar compromissos com fornecedores, muitas vezes atrasando pagamento de funcionários, conseguiram pagar em dia seus tributos e vão se sentir desmotivados, a exemplo de outras ocasiões que o Refis foi aprovado por esta Assembléia, e estas pessoas que sempre zelaram por pagar em dia suas contas, principalmente seus tributos, se sentem desmotivadas.

Conversamos com o líder do Governo que nos disse que conversaria com o secretário da Fazenda para ver o impacto. Acharmos que o impacto é perfeitamente possível de ser assimilado pelo Governo, tendo em vista que o próprio projeto do Refis não esclarece qual é o

impacto que esta anistia das multas que serão concedidas, vão causar aos cofres públicos.

Entendemos então que o valor que esta emenda, se aprovada, trará ao contribuinte paranaense, principalmente a motivação para ele pagar em dia não será de grande impacto nas contas públicas.

Esse bônus de pontualidade seria concedido no mês de janeiro, onde tradicionalmente a arrecadação sobe por conta das vendas de final de ano. Por outro lado, também entendemos que não seria incoerência o pagamento em dia ter uma prerrogativa e um benefício, porque até mesmo o governador Roberto Requião estabeleceu que para quem paga em dia a conta de luz também tem um desconto. Então o contribuinte do ICMS também merece um desconto para pagar em dia.

Acreditamos que se o percentual de 4% do valor que ele pagou em dia durante o exercício de 2003, for muito pesado para as finanças públicas, apresentamos também, senhor presidente, uma segunda emenda, nos mesmos termos, só que, ao invés do 4% que prevíamos na emenda modificativa à qual coletamos 34 assinaturas, nós colocamos uma discricionariedade para que o governo do Estado, através de decreto, conceda 0,5% até 4% o desconto sobre os valores que os contribuintes pagarem em dia.

Então, gostaria mais uma vez, de pedir o apoio dos senhores deputados, não só os que subscreveram, mas gostaria de pedir ao líder do Governo e do PMDB para que conversem com o secretário da Fazenda e o governador Roberto Requião, para que consigam buscar o apoio da base governista para essa emenda. Entendemos que o fruto dessa emenda será muito benéfico para o Estado do Paraná. Não só no aspecto de dar o benefício a esses contribuintes que cada vez mais se sentem desmotivados.

O Estado precisa resgatar a condição de crédito, e até mesmo a condição de honrar com os tributos em atraso daqueles que estão inadimplentes hoje anistando a multa? Precisa! Vai ter um resgate da dignidade desses contribuintes? Vai! Mas precisamos também assegurar que aqueles contribuintes que estão em dia não sejam cada vez mais desmotivados por essas anistias, que, ano sim, ano não, vem anistia. E nunca se garantiu nenhum tipo de benefício para o contribuinte que paga em dia.

Vou mais adiante. Esse contribuinte que paga em dia se sente, dia após dia, mais penalizado.

Gostaria de pedir o apoio da base governista, do líder do Governo, do líder do PMDB e dos demais líderes deste Casa, para que sensibilizassem o governo, para que possamos aprovar essa emenda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário da Liderança do PSDB, com a palavra o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Volto hoje aos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, após um período de licença médica.

Os problemas hoje da maioria do povo brasileiro, não é diferente dos nossos que estamos na política. Estou na política há 20 anos, como vereador que fui em Campo Mourão, prefeito de Luziana e pelo terceiro mandato como deputado estadual.

Nós, que somos lá do interior do Estado do Paraná, Jocelito que foi lá de Ubiratan, temos que defender os interesses da nossa população, principalmente os interesses do nosso agricultor, que é a razão da existência da cidade. Sempre, aqui desta tribuna defendemos o nosso agricultor juntamente com deputados, que hoje para mim é um orgulho, caso do vice-governador, hoje da república e o secretário da Agricultura, Orlando Pessuti, no qual vários projetos de importância, projetos reais, concretos e consistentes para nosso agricultor juntamente com os senhores deputados, foram aprovados.

Ontem estive reunido com uma das maiores cooperativas da América Latina, sob a presidência do Dr. Aroldo Galasiene de toda a sua diretoria, hoje a cooperativa que conta com 17 mil cooperados. E outro dia, é o maior orgulho para nós que somos deputados, que defendemos a agricultura, vivemos a pujança do nosso agricultor, que vemos no Brasil um superávit da balança comercial, hoje, que chega à casa dos 15 bilhões de dólares, se deve ao trabalho, ao esforço do homem do campo.

E, no Paraná, para nós é um orgulho ter uma cooperativa igual à Coamo, uma cooperativa competente, consciente; nós vemos, a nível de Brasil, tantas cooperativas que têm ido à falência por mau gerenciamento e em Campo Mourão, no Paraná é diferente. Só nesse ano a cooperativa distribuiu mais de 30 milhões de reais de lucro aos seus associados. Não é justo, neste momento, quando aqui nesta Casa - onde nós respeitamos, é claro, a idéia, a opinião, o Projeto nº 307/2003, do deputado Elton.

Nós ontem reunidos com agricultores, e hoje recebemos o presidente, deputado Hermas Brandão acolheu o presidente do Sindicato Rural de Campo Mourão, Nelson Teodoro de Oliveira, que é também o vice-presidente da Faep, no qual, em nome dos agricultores da nossa região, trouxe um requerimento. Falamos hoje, inclusive com o deputado Augustinho Zucchi, Miltinho Pupio, Duílio Genari, no qual vem fazer um pedido, uma manifestação para que se discutisse mais amplamente esse projeto. Inclusive o vice-presidente, o deputado Natálio Stica, também desta Casa, participou e ouviu ali as reivindicações.

Eu tenho aqui o pedido do nosso presidente em nome dos agricultores, inclusive representantes das cooperativas do Paraná, para que tomássemos uma decisão conjuntamente, para que discutíssemos mais profundamente o problema do plantio dos transgênicos, para que no dia de amanhã o Brasil não seja retaliado, para que nós não venhamos fazer as exportações, porque lá fora não vão querer comprar produtos convencionais.

Tenho visto aqui e de dados que trarei amanhã e outro dia para serem discutidos. Só para se ter uma idéia, no plantio da soja por hectare, hoje o custo fica em 246 reais por hectare. Nós estamos beneficiando as multinacionais, enquanto que no plantio dos transgênicos o custo é apenas de 34 reais.

Então, existe uma economia muito grande. Isso nós precisamos discutir para que aqui não sejam beneficiadas as empresas multinacionais para vir vender aqui o veneno, para realmente estragar a saúde da população do povo brasileiro, contaminando os rios e os riachos.

Portanto, essa era a minha manifestação no dia de hoje, para que possamos, conjuntamente, discutir um projeto tão importante e relevante para a economia deste País.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário da Liderança do Governo. (**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício GDNT nº 0675/2003, subscrito pelo senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente, comunicando que está na data de hoje, reasumindo seu mandato parlamentar junto a esta Casa de Leis, cumprindo o período em que esteve licenciado para tratamento de saúde. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1957, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde por 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Devidamente lido. E já assume o seu lugar o deputado Nelson Tureck. E na 1ª Suplência, substituindo o deputado Nelson Garcia, continua o deputado Luiz Fernandes Litro.

Vamos dispensar o deputado Litro do juramento, tendo em vista que já prestou quando da sua permanência aqui na Casa no lugar do deputado Nelson Tureck.

Indicação nº 76/2003, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente, sugerindo a estadualização da estrada intermunicipal que liga os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

Indicação nº 88/2003, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, propondo

a adoção de medidas relativas à Fruticultura no Paraná. **À Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.**

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 17 (dezesete) de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 371/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que denomina Natal Pessuti o trecho da Rodovia 082, que liga Jardim Alegre a São João do Ivaí. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2003, de 25/06/2003).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 397/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Kolping Inácio Martins, com sede no município de Inácio Martins e foro no município de Irati. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 399/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Esperança, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 401/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Recanto da Terceira Idade São Carlos - Riscar, com sede em São Carlos do Ivaí e foro no município de Paraíso do Norte. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 410/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes do Município

de Uraí - AEMU, com sede e foro no município de Uraí.
Aprovado. (Publ. no DA nº 057/2003, de 05/08/2003).

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre o combate ao racismo no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CDHC. COM EMENDA DA CECE. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDHC. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos excepcionais de Salto do Itararé - Apae, com sede e foro na cidade de Salto do Itararé. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece compensações visando garantir a segmentos do setor agroindustrial o restabelecimento das condições de competitividade, diante de produtos importados do exterior, afetados por regimes jurídicos que prejudiquem a livre concorrência. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E CAIC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CAIC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.** Registrado voto contrário do deputado José Maria Ferreira.

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre atendimento prioritário aos portadores de deficiência nas condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre atendimento prioritário a idosos nas condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Itaguapy, do Hospital Ministro Costa Cavalcanti, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovada a emenda Substitutiva da CCJ.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que institui o sistema de bônus pecuniários e de pontuação para merecimentos aos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar em casos de apreensão de armas. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 03 (três).

As de nº 01 e nº 03 de autoria da Comissão de Segurança Pública, devidamente apoiadas.

A de nº 02, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, todas nos seguintes termos:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 295/2003

Acrescente-se mais um artigo ao Projeto de Lei nº 295/2003, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º - A pontuação de que trata o artigo 1º será regulamentada posteriormente para fins de promoções de acordo com a realidade de cada corporação policial.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.09.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Presidente

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Ademir Bier, Antonio Anibelli, Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A pontuação por merecimento de que trata a emenda no seu art. 6º é uma consequência para o policial que desempenha com eficiência o seu trabalho, sobretudo para efeito de contagem para promoções,

levando o policial civil ou militar a ter um incentivo a mais para desenvolver suas atividades, pois poderá contar com uma pontuação mais elevada no momento de sua promoção e por consequência, uma possível melhoria salarial.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02**

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei 295/2003, acrescenta parágrafo único ao seu artigo 1º, conforme redação a seguir:

“Parágrafo Único - O bônus pecuniário previsto no *caput* deste artigo aplica-se, também, a todo cidadão que, voluntariamente entregar arma de fogo, cuja posse detenha a qualquer título”.

Sala das Comissões, em 09.09.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Nelson Tureck, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Carlos Simões, Mauro Moraes.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03**

Substitui o artigo 4º do Projeto de Lei nº 295/2003, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - Cada policial civil ou militar que compor a equipe responsável pela apreensão das armas de fogo mencionadas no artigo 1º receberá como recompensa o valor equivalente a um salário mínimo.

Parágrafo Único - Considerar-se-á equipe responsável todos policiais civis ou militares que participarem da apreensão, inclusive o delegado de polícia que lavrar o auto, o escrivão de polícia que laborar no feito e o plantonista que receber a ocorrência, num número máximo de seis (06) integrantes.

Sala das Comissões, em 09.09.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

Apoiamento:

Duílio Genari, Ademir Bier, Ailton Araújo, Luiz Nishimori.

JUSTIFICATIVA:

É preciso que se estabeleça desde já o valor a ser recebido pelos policiais que participarem da apreensão das armas, para que possa ser analisado o montante que o Estado terá que dispor em orçamento para colocar-se em prática a pretensão pretendida.

Ademais vale dizer que a boa técnica policial alerta que as prisões e apreensões nunca devem ser realizadas de forma individual, ou seja, obrigatoriamente uma ocorrência deve ser atendida por no mínimo dois policiais para um suspeito, e via de regra, as equipes policiais são compostas de quatro policiais, os quais, deverão receber um valor igualitário de um salário mínimo para cada um que estiver na operação policial, para que verdadeiramente sirva como incentivo e que o projeto de lei em tela

alcance o tão elevado intuito de contribuir com a diminuição da criminalidade.

Há de se considerar por fim que uma equipe não é somente um policial, mas toda uma estrutura operacional, onde cada qual contribui na medida de suas habilidades, seja ele o operador de rádio, o motorista da viatura, o plantonista da delegacia, o delegado de polícia ou escrivão de plantão, todos contribuem diretamente para o bom desempenho de uma festejada e proveitosa operação policial que poderá emplacar em resultados de grandes apreensões de armas.

O projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2003. que dispõe sobre os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, que poderão ser pagos em uma ou mais parcelas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 08 (oito), de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 429/2003**

O artigo 12 do Projeto de Lei nº 429/2003, objeto da Mensagem 023/2003, do Poder Executivo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoiamento:

Vanderlei Iensen, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Carlos Simões.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de adequação de técnica legislativa, observando-se o disposto na Lei Complementar Federal 95/98, dispondo sobre a elaboração de leis.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O artigo 1º, *caput*, do Projeto de Lei 429/2003, objeto da Mensagem 023/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, cujo fato gerador ocorrer até 31 (trinta e um) de julho de 2003, poderão ser pagos em parcelas única ou em até 36

(trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, nos termos previstos nesta lei”.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoiamento:

Vanderlei Iensen, Augustinho Zucchi, Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

Os contribuintes que tiveram seus créditos tributários lançados após a data de 30 de julho, à vezes por falta da própria estrutura fiscal existente, que conta com poucos servidores, não serão beneficiados pelo Refis Estadual.

Por exemplo: se o contribuinte foi autuado em 27 de junho, enquanto seu vizinho foi autuado pelo mesmo fato gerador em 1º de julho. São dois processos idênticos, mas, por algum motivo de ordem técnica ou funcional tiveram sua conclusão em datas diferentes.

É injusto a forma como se apresenta o anteprojeto pois, ao conceder o benefício, apenas os créditos tributários lançados até 30 de junho, os contribuintes que foram penalizados posteriormente, mesmo relativo a fatos geradores anteriores a esta data não serão beneficiados pelo projeto.

Muitas vezes os processos de abertura de verificação fiscal são de meses posteriores a essa data, mas não foram concluídos, ou foram concluídos após a mesma, mas o período do fato gerador é posterior a 30 de junho de 2003.

É fato que existem centenas de processos em tramitação na Secretaria da Fazenda, ou mesmo já concluídos, que se encaixam na descrição legal proposta. Existem pequenas empresas que são objeto de ação fiscal aberta meses antes da data em discussão, mas que não tiveram seus créditos tributários lançados pela Secretaria da Fazenda. Estas não serão beneficiadas de forma como está a proposição, juntamente com aquelas que tiveram seus créditos tributários lançados posteriormente. A injustiça deve ser corrigida, para evitar que processos encalhados em razão da burocracia deixem os contribuintes sem possibilidade de aderir ao programa proposto.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Altera a redação do parágrafo primeiro do artigo primeiro:

“O crédito tributário, objeto de parcelamento sujeitar-se-à:”

§ 1º - O pagamento integral do imposto deverá ser atualizado até o dia 28 de novembro de 2003, com dispensa dos juros, da multa e da atualização monetária”.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Doutor Luciano, Ailton Araújo, Neivo Beraldin, Reni Pereira.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Altera a redação das letras “a” e “b” e acresce a letra “f” ao Parágrafo 2º do Artigo 1º:

“O crédito tributário, objeto do parcelamento sujeitar-se-à:”

a) até a data do deferimento do pedido de parcelamento, aos acréscimos previstos na legislação, sendo dispensado da multa;

b) Os juros pré-fixados serão aplicados sobre o valor do débito, descontada a parcela inicial, de forma que todas as parcelas tenham valor fixo e conhecido do contribuinte, não sofrendo quaisquer variações no decorrer do prazo do parcelamento;

c) a taxa de juros não pode ultrapassar a 12% ao ano.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Doutor Luciano, Ratinho Júnior, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Neivo Beraldin, Reni Pereira.

EMENDA ADITIVA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Apresente emenda Aditiva e Modificativa tem por objetivo alterar a redação original do Projeto de Lei nº 429/2003, para modificar o *caput* do artigo 1º, acrescentando-se-lhe o parágrafo 4º, alíneas “a” e “b”:

“O *caput* do artigo 1º do Anteprojeto de Lei nº 429/2003 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o parágrafo 4º:

“Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscrito ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de agosto de 2003, poderão ser pagos em parcela única ou em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, ficando concedido “Bônus-Pontualidade 2003”, de no mínimo 0,5% e até o máximo de 4% do imposto mensalmente pago, ao contribuinte do ICMS que, no decorrer do exercício de 2003, quitar integralmente o tributo declarado em GIA/ICMS nos prazos regulamentares, nos termos previstos nesta lei”.

...

§ 4º - Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, o contribuinte deverá:

a) em janeiro de 2004, emitir nota fiscal, modelo 1 ou 1-A, fazendo constar no campo “Natureza da Operação” a expressão “Bônus-Pontualidade 2003” e, no quadro “Dados do Produto”, relação, mês a mês, do exercício de 2003, das GIA’s/ICMS entregues com saldo devedor, que foram pagas nos prazos regulamentares, apurando-se e indicando-se o valor relativo ao percentual autorizado por Decreto de Poder Executivo, aplicado sobre o mon-

tante do imposto pago a título de “Bônus-Pontualidade 2003”;

b) na apuração relativa ao mês de janeiro de 2004, lançar a nota fiscal a que se refere a alínea anterior no campo “Observações” do livro Registro de Saídas e o valor do “Bônus-Pontualidade” no campo “Outros Créditos” do livro Registro de Apuração do ICMS”.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) RENI PEREIRA

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Jocelito Canto, Neivo Beraldin, Doutor Luciano, Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo, ao se conceder dispensa de multa e juros aos contribuintes do ICMS que encontram-se inadimplentes com suas obrigações para com o Estado, que sejam premiados aqueles contribuintes que honram religiosamente com o pagamento do tributo.

Medida como esta já foi adotada pelo Governo do Estado no tocante ao reajuste da energia elétrica, que só onerou àqueles que não quitarem a fatura de energia elétrica no prazo de vencimento.

Objetiva-se assim incentivar o pagamento de tributos e manter o fluxo de caixa do governo, absolutamente indispensável para que se cumpram as metas sociais tão solicitadas pela população, além de inverter a lógica de que somente os descumpridores das normas obtêm vantagens.

Com a presente emenda haverá, na prática, a verdadeira justiça fiscal, contemplando todo universo de contribuintes e não apenas os devedores.

O impacto da medida além de baixo, será plenamente absorvido, já que o crédito se dará no mês de janeiro, ocasião em que a receita tem um acréscimo natural, em função das vendas do natal.

Também não haverá obstáculos com a Lei de Responsabilidade Fiscal, já que o próprio projeto original também não indica qualquer objeção, além de representar um estímulo à arrecadação.

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

A presente emenda aditiva e modificativa tem por objetivo alterar a redação original do Projeto de Lei nº 429/2003, para modificar o *caput* do artigo 1º, acrescentando-lhe o parágrafo 4º, alíneas “a” e “b”.

O *caput* do artigo do Anteprojeto de Lei nº 429/2003, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o parágrafo 4º.

“Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, ou em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, ficando concedido “Bonus-Pontualidade 2003”, equivalente a 4%

do imposto mensalmente pago, ao contribuinte do ICMS que, no decorrer do exercício de 2003, quitar integralmente o tributo declarado em GIA/ICMS nos prazos regulamentares, nos termos previstos nesta lei”.

§ 4º - Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, o contribuinte deverá:

a) em janeiro de 2004, emitir nota fiscal, modelo 1 ou 1-A, fazendo constar no campo “Natureza da Operação” a expressão “Bônus-Pontualidade 2003” e, no quadro “Dados do Produto”, relação, mês a mês, do exercício de 2003, das GIA’s/ICMS entregues com saldo devedor, que foram pagas nos prazos regulamentares, apurando-se e indicando-se o valor de 4% do montante do imposto pago a título de “Bônus-Pontualidade 2003”;

b) na apuração relativa ao mês de janeiro de 2004, lançar a nota fiscal a que se refere a alínea anterior no campo “Observações” do livro Registro de Saídas e o valor do “Bônus-Pontualidade”, no campo “Outros Créditos”, do livro Registro de Apuração do ICMS”.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) RENI PEREIRA

Apoioamento:

Jocelito Canto, Ratinho Júnior, Luiz Carlos Martins, Tadeu Veneri, Duílio Genari, Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos, Antonio Anibelli, Fernando Ribas Carli, Chico Noroeste, Cida Borghetti, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Alexandre Curi, Vanderlei Iensen, Renato Gaúcho, Nelson Justus, André Vargas, Arlete Caramês, Marcos Isfer, Francisco Bühner, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Delegado Bradock, Carlos Simões, Elton Carlos Welter, Hermas Brandão, Barbosa Neto, Pastor Edson Praczyk, Elio Rusch, Ailton Araújo, Waldir Leite e Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo, ao se conceder dispensa de multa e juros aos contribuintes do ICMS que encontram-se inadimplentes com suas obrigações para com o Estado, que sejam premiados aqueles contribuintes que honram religiosamente com o pagamento do tributo.

Medida como esta já foi adotada pelo Governo do Estado no tocante ao reajuste da energia elétrica, que só onera aqueles que não quitarem a fatura de energia elétrica no prazo de vencimento.

Objetiva-se assim incentivar o pagamento de tributos e manter o fluxo de caixa do governo, absolutamente indispensável para que se cumpram as metas sociais tão solicitadas pela população, além de inverter a lógica de que somente os descumpridores das normas obtêm vantagens.

Com a presente emenda haverá, na prática, a verdadeira justiça fiscal, contemplando todo universo de contribuintes e não apenas os devedores.

O impacto da medida além de baixo, será plenamente absorvido, já que o crédito se dará no mês de janeiro, ocasião em que a receita tem um acréscimo natural, em função das vendas do natal.

Também não haverá obstáculos com a lei de Responsabilidade Fiscal, já que o próprio projeto original também não indica qualquer objeção, além de representar um estímulo à arrecadação.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 429/2003, tem por objetivo alterar a redação proposta em seu parágrafo 3º do artigo 1º, conforme redação a seguir:

“§ 3º - O pedido de parcelamento deverá ser instruído com certidão da Procuradoria Geral do Estado que comprove o pagamento das custas processuais, devendo os honorários advocatícios serem pagos, parceladamente, em igual número das prestações concedidas para o pagamento do crédito tributário, na hipótese em que débitos inscritos em dívida ativa sejam objeto de ação para cobrança executiva”.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Elio Rusch, Ratinho Júnior, Nelson Justus, Doutor Luciano, Reni Pereira, Barbosa Neto, Jocelito Canto.

JUSTIFICATIVA:

Na medida em que o contribuinte inadimplente, muitas vezes por razões estranhas à sua vontade e ditadas por questão de absoluta “sobrevivência” no mercado, precisará dispor, muitas vezes, de elevadas quantias para pagamento dos honorários advocatícios do patrono da causa, servidor público estadual, que já recebe mensalmente seu salário como defensor dos interesses do Estado, é justo que a importância que venha a dispor para este fim, seja definida ao pagamento do crédito tributário, o que eventualmente resultará até em maior amortização do crédito na parcela inicial, diminuindo o número das prestações restantes.

É de lembrar que a matéria “honorários advocatícios” da exclusiva competência legislativa da união, e sobre ela dispõe o Código de Processo Civil que fixa em 10% seu limite mínimo e em 20% do valor da causa, seu limite máximo, cabendo ao juiz competente arbitrá-lo entres estes dois parâmetros.

Portanto, os honorários advocatícios não poderão ser diminuídos abaixo de 10% e tampouco elevados acima de 20%. Não obstante, poderão ser parcelados em tantas vezes quantas forem as parcelas concedidas para o pagamento do crédito tributário.

Nada mais justo!

E por quê? Porque a receita tributária decorrente do ICMS é a mais substancial e importante fonte de receita que dispõe o Estado para fazer frente aos pesados encargos de sua responsabilidade nas áreas social, educacional, da saúde, da moradia, da manutenção de rodovias

e de tantas outras, sem mencionar a necessidade de expandir os investimentos nas mencionadas áreas.

Na forma proposta, os honorários advocatícios seriam integral e antecipadamente pagos e portanto, muito antes da extinção da ação para cobrança executiva do respectivo crédito, que somente ocorreria 12, 24 ou 36 meses após a formalização do acordo, ou seja, quando do pagamento da última parcela.

Por fim é de lembrar também que segundo dados muito conhecidos, não poucas vezes o contribuinte, após obter o parcelamento e a suspensão do curso do executivo fiscal, efetua o pagamento de apenas uma ou duas parcelas, e deixando de pagar as demais rescinde o acordo que firmou para o parcelamento de seus débitos. Isto obriga a Fazenda Pública a emitir novas certidões de dívida ativa, pelo respectivo saldo devedor, de modo a substituir as originais nos autos e então dar prosseguimento ao feito, cujos honorários, **repita-se**, já foram integralmente pagos, deixando, naturalmente, de representar o estímulo em que se consubstancia esta verba para os patronos da causa.

EMENDA MODIFICATIVA DE DE PLENÁRIO, DE Nº 08

O artigo 8º do Projeto de Lei nº 429/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - A competência para deferir o parcelamento de que trata esta lei é do secretário de Estado da Fazenda, que poderá delegá-la”.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Reni Pereira, Artagão Júnior, Ademir Bier, Vanderlei Iensen.

O Projeto será encaminhado à CCJ para apreciação das emendas.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Educacional e Assistencial Só o Senhor é Deus, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2003, de 08/04/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 185/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional e Assistencial Só o Senhor é Deus, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de

acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 241/2003, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Entidade Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2003, de 05/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 241/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação Água Boa Rio Baio, com sede e foro no município de São João do Triunfo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2003, de 04/06/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI NºS 327/2003 E 366/2003

P A R E C E R :

Os presentes projetos de lei em tela de autoria dos deputados Jocelito Canto e Carlos Simões, respectivamente, declaram de Utilidade Pública a Associação Água Boa Rio Baio, com sede e foro no município de São João do Triunfo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer

favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS PROJETOS DE LEI NºS 327/2003 E 366/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Água Boa Rio Baio, com sede e foro no município de São João do Triunfo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Doutor Luciano.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara e Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 419/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara e Utilidade Pública o "Lions Clube Apucarana Vitória Régia", com sede e foro no município de Apucarana. COM

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11/08/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 420/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube Apucarana Vitória Régia, com sede e foro no município de Apucarana.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor deputado Nivaldo Passos Krüger. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2003, de 12/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 431/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Alexandre Curi, que tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor deputado Nivaldo Passos Krüger.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa investida ao deputado autor, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

A votação deverá ser procedida por voto secreto.

Solicito ao 1º secretário para que proceda à chamada nominal para a votação do referido projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Gostaria de solicitar a V. Exa. se o projeto que diz respeito ao refinanciamento dos créditos tributários foi

encaminhado para Comissão de Justiça, e gostaria de saber quantas emendas foram apresentadas ao projeto. V. Exa. tem conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Foi encaminhada à CCJ justamente por haver emendas. Vamos ver o número de emendas aqui. Oito emendas, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito ao 1º secretário, deputado Padre Paulo Campos, que proceda à chamada nominal dos senhores deputados para votação do Item nº 20.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Padre Paulo Campos)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito ao deputado Artagão, ao deputado Braddock e a deputado Bier para que procedam à contagem dos votos.

Quarenta senhores deputados votaram, sendo trinta e cinco Sim, e cinco Não. **Aprovado.** Portanto, está concedido o título de Cidadão Honorário ao senhor Nivaldo Passos Krüger.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Etelvina Cordeiro Ribas, com sede e foro no município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 060/2003, de 13/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 434/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Etelvina Cordeiro Ribas, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/2003, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Músicos do Médio Oeste do Paraná - AMA, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2003, de 18/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 441/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Músicos do Médio Oeste do Paraná - AMA, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DOUTOR LUCIANO - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/2003, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Acine - Associação Comercial, Industrial, Agropecuário de Profissionais Liberais e de Pessoas Físicas Dedicadas à Atividade Empresarial de Nova Esperança e Região, com sede e foro no município de Nova Esperança. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2003, de 20/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 458/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Acine - Associação Comercial, Industrial, Agropecuário de Profissionais Liberais e de Pessoas Físicas Dedicadas à Atividade Empresarial de Nova Esperança e Região, com sede e foro no município de Nova Esperança.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DOUTOR LUCIANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1969, de autoria dos deputados Durval Amaral, Barbosa Neto, Luiz Fernandes da Silva Litro, Ademar Traiano e demais deputados constante do expediente, solicitando, com fundamento nos artigos 62 parágrafo 3º da Constituição Estadual e 36, parágrafo 4º do Regimento Interno, a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída por 15 (quinze) membros e com prazo de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar, nos últimos 20 (vinte) anos, os resultados dos programas públicos destinados à regularização fundiária e à reforma agrária, neste Estado. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos senhores deputados. À Diretoria Legislativa para os devidos fins, e o mesmo ficará aguardando a instalação, assim que houver a forma legal para que isso possa acontecer, devido a termos cinco CPI's na Casa.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, parece-me que V. Exa. falou agora, mas não tenho certeza.

Quantas CPI's temos instaladas na Casa?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A Mesa já informou, mas volta a informar por deferência especial ao orador. Temos cinco CPI's funcionando, sendo que uma, a do Pedágio, foi concluído o relatório, mas não foi aprovado pelo Plenário. Portanto, ainda continuam cinco CPI's com validade na Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Então requeiro, na forma regimental, que seja levado ao conhecimento do senhor presidente para que coloque em Plenário, para que o mesmo analise o relatório da CPI do Pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vamos repassar a sua preocupação ao presidente Hermas Brandão.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, data vênica, eu entendo que a CPI do Pedágio foi concluída já no mês de junho, e além disso, o prazo legal já foi transcorrido. O prazo possível de 60 dias de prorrogação não foi requerido e obviamente também já está transcorrido, razão pela qual, antes de V. Exa. proferir esta decisão, que V. Exa. consultasse a assessoria, porque até me parece, quando da conclusão dos trabalhos da CPI do Pedágio, ela não concluiu pela votação do seu relatório no plenário, concluiu, como diz o Regimento Interno, com todas as providências previstas no Regimento Interno.

Então, entendo que esta primeira CPI já está esgotada, não só pelo prazo, mas pela própria conclusão que consta no relatório da CPI. Então, claro, que V. Exa. não terá aí essa conclusão neste momento e nem tampouco os

prazos devidos, mas que consultasse, posteriormente, e anunciasse depois, oficialmente, uma decisão da Presidência desta Casa. Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Senhor presidente, é uma pena que o presidente da CPI do Pedágio, deputado André Vargas, não se faça presente hoje aqui, parece que está passando por alguns exames de saúde, mas, como membro que fui da CPI do Pedágio, nós aprovamos este relatório quase que por unanimidade e em tempo record, tão logo concluímos os nossos trabalhos, para que ele pudesse ter vindo a esta Casa e tivesse sido aprovado.

Por isso, gostaríamos até que ficasse registrado nos Anais desta Casa, e que o deputado André Vargas pudesse trazer à luz uma informação, já que nenhuma estrutura da Casa está sendo utilizada com relação à CPI do Pedágio, o trabalho já foi concluído há mais de quatro meses. E, infelizmente, não podemos iniciar uma outra CPI por questões meramente burocráticas desta Casa.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de consultar à Mesa se o relatório da CPI do Pedágio já foi publicado no Diário Oficial da Casa?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não tenho esse conhecimento, deputado.

Esta Presidência poderá consultar o deputado Hermas Brandão, mas vou ler todas as questões de ordem pertinentes à questão da CPI, dizendo o seguinte:

“Artigo 38º - Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com as conclusões, que será publicado no Diário da Assembléia e encaminhado”.

Aí tem cinco itens, um deles, o primeiro diz o seguinte: “À Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de resolução ou decreto legislativo, ou indicação que será incluída na Ordem do Dia dentro de cinco sessões”.

Então, a CPI, não é uma CPI que funciona apenas para os membros, a CPI é da Casa, o relatório tem que ser submetido ao conhecimento da Casa. E obviamente o deputado Hermas Brandão, assim o fará.

Alguma outra questão de ordem?

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, ainda sobre esse assunto, é evidente que se essa CPI está conclusa, se o presidente recebeu o relatório, foi colocado no Diário da Casa, e deu, encaminhou como final a CPI, encaminhou ao Ministério Público, ou encerrou a discussão da CPI; há vaga para mais uma. Enquanto isso não for feito, não há vaga para mais CPI.

Essa é a grande questão: é preciso saber se há vaga para mais CPI ou não há.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O senhor presidente já respondeu à questão de ordem do deputado Neivo Berardin e volto a registrar, já foi publicado, inclusive, em Diário Oficial, o relatório. Mas, o relatório não foi submetido à apreciação do Plenário e deverá ser feito assim, senão não há como ter a conclusão da CPI.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

V. Exa. respondeu muito bem, basta ler o artigo 39 do Regimento Interno para concluir qual é o encaminhamento correto que tem que ter, quer dizer, se não passar pelo Plenário da Casa, não está concluído o trabalho da CPI.

A conclusão se dará no momento em que o Plenário, conforme determina o Regimento Interno da Casa, for apreciar esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente, deputado.

Requerimento nº 1960, de autoria de deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1961, de autoria de deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Apenas para ter conhecimento do inteiro teor da proposição anterior, por favor, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Do deputado Elio Rusch. Requer que seja revista a decisão governamental e autorizado o retorno da construção da Pequena Central Hidrelétrica de São Francisco, localizada no município de Ouro Verde do Oeste, do Estado do Paraná.

O SR. MARCOS ISFER

Não é para aprovar nesta Casa.

Pedimos que até o final da CPI fiquem suspensas todas as aprovações, de autorização, pela Assembléia Legislativa. Já houve autorização. Foi o IAP que cancelou.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente. **Aprovado.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

O senhor desculpe-me. Eu não estava no plenário no momento em que o senhor colocou as posições com relação à CPI da Reforma Agrária. O senhor disse que, enquanto não for votado no plenário o relatório da CPI do Pedágio, essa CPI não será colocada em funcionamento.

É isso?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. É o que diz o Regimento, deputado Plauto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

A Mesa Executiva mandou para a Procuradoria da Assembléia, um parecer para saber se tem que passar pelo plenário ou não. É isso?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não. O Regimento é claro, deputado Plauto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

A Presidência encaminhou à Procuradoria da Casa, pedindo informações, se essa CPI tinha necessidade de passar pelo plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Plauto, a informação, esta Presidência, de ocasião, aqui, não tem conhecimento.

O que determinamos, aqui, a Questão de Ordem levantada, foi com base no Regimento. Não podemos determinar a instalação de mais uma CPI, sendo que não estão conclusos pelo Regimento, as cinco que estão instaladas na Casa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Tudo bem. Nós conversamos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimentos nºs 1952, 1953 e 1962, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1954, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1955, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1956, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1934, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O presidente Hermas Brandão tem a honra de convidar para assistir à Sessão Solene de Outorga do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Francisco Carlos da Silva, por proposição da deputada Serafina Carrilho, dia 11 de setembro de 2003, quinta-feira, no Clube Olímpico de Maringá, na Rodovia BR-376, km 130, na cidade de Maringá.

Amanhã, dentro do Pequeno e Grande Expediente, segundo me comunica o deputado Hermas Brandão, nosso presidente, haverá uma Sessão Especial, por propo-

sição dos deputados José Maria Ferreira e Elza Correia, a realizar-se dentro da própria Sessão, dos 31 anos de criação do Instituto Agrônomo do Paraná, o nosso Iapar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 185, 241, 327, 419, 420, 431, 434, 441 e 458/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 306 e 307/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 53/2003

Mandar anotar, na ficha funcional de APARECIDO ALVES BEZERRA, matrícula nº 40.054, funcionário desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotado no gabinete da Diretoria Geral, o tempo de 06 (seis) anos, 08 (oito) meses e 12 (doze) dias, prestados como efetivo da Polícia Militar do Paraná, contados para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei nº 6174/70; e, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo prestado ao Exército Brasileiro, de 01 (um) ano, 03 (três) meses e 09 (nove) dias, nos termos do artigo 130, inciso II, da referida Lei nº 6174/70.

(Prot. nº 4905/2003)

PORTARIA Nº 54/2003

Conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, KATIA MARIA T. BRUNETTI, matrícula nº 217, de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 24 de agosto de 2003, término 08 de outubro de 2003. CID.10 - 385.6.

(Prot. nº 6742/2003)

PORTARIA Nº 55/2003

Conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ROSELI BELO COELHO,

matrícula nº 40539, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 03 de julho de 2003, término em 01 de novembro de 2003. CID.0.75.7.

(Prot. nº 6564/2003)

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA AUDIÊNCIA PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e três, às 09h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Saúde Pública, no Plenarinho desta Casa de Leis, sob a presidência do senhor deputado Doutor Luciano, mais a presença do deputado Padre Paulo, vice-presidente da Comissão de Saúde; secretário municipal de Saúde de Curitiba, Dr. Michele Caputo Neto; procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, Dr. Marco Antonio Teixeira; Conselho Regional de Farmácia, Mauricio Portela; Conselho Regional de Enfermagem, Sra. Cristine Zimermann; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Esperidião Elias Aquim; presidente do Conselho de Psicologia, Dionísio Banachevski; Conselho Regional dos Nutricionistas, Tânia Barbieri; Conselho Regional de Serviço Social, Silvia Albertini; Conselho de Medicina Veterinária, Massaru Sugai e Conselho Regional de Fonoaudiologia, Francisco Pletsch. Dado início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Doutor Luciano cumprimentou todos os membros da Mesa já citados e deu início à reunião, conforme notas taquigráficas, em anexo.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Doutor Luciano, Delegado Bradock, Pastor Edson Praczyk, José Maria Ferreira, Jocelito Canto e Chico Noroeste. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Antonio Anibelli - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição-Veto nº 31/2003, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do

deputado Delegado Bradock, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 306/2003, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 354/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. O deputado José Maria Ferreira solicita VISTAS. Concedida pelo presidente; 05) Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 374/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 413/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer CONTRÁRIO do deputado Duílio Genari, sugerindo Indicação Legislativa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 431/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 451/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. O deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - Concedida pelo presidente; 10) Projeto de Lei nº 185/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 241/2003, de autoria do deputado Milton Pupio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 327/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto. Projeto de Lei nº 366/2003, de autoria do deputado Carlos Simões, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 441/2003, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 458/2003, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 295/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior. Concedido VISTAS ao presidente Hermes Fonseca; 16) Projeto de Lei nº 329/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Elton Carlos Welter - REJEITADO, com voto contrário ao parecer dos deputados Delegado Bradock, José Maria Ferreira, Doutor Luciano, Jocelito Canto, Duílio Genari e Chico Noroeste. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada a secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA 16/09/2003 ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 333/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que dispõe sobre as penalidades a serem

aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Projeto de Lei nº 355/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual. *** ambos anexos. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 354/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a proibição de construções de rodovias sem acostamento no Estado do Paraná. **Relator: deputado Nelson Justus, designado em 28.08.2003. Com vistas ao deputado José Maria Ferreira em 02.09.2003.**

Projeto de Lei nº 376/2003, de autoria do deputado Waldyr Leite, que disponibiliza vagas gratuitas nos centros de formação de condutores. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 28.08.2003. Com vistas ao deputado Elton Welter em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 391/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação da Lei nº 9959/92 - criou o município de 4º Centenário. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 28.08.2003. Com vistas ao deputado Antonio Anibelli em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 451/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a isenção de IPVA e ICMS na aquisição de automóveis para utilização por pessoas portadoras de deficiência física. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 28.08.2003. Com vistas ao deputado Delegado Bradock em 02.09.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 106/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da Saúde Pública e define as despesas em ações e Serviços Públicos da Saúde. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.09.2003.**

Projeto de Lei nº 497/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece obrigações legais e financeiras das serventias judiciais cíveis comuns e especializadas e extrajudiciais cujas atividades se desenvolvam sob o regime remuneratório de custas e emolumentos. **Relator: deputado Antonio Anibelli, designado em 02.09.2003. Com vistas aos deputados delegado Bradock, Elton Welter e Tadeu Veneri em 10.09.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJEOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 14/2003, de autoria do deputado, Neivo Beraldin, que altera linha de limites do município de Campo Largo, com o município de Itaperuçu. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 126/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que altera a Lei nº 11.721/97 (autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar). **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 129, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que dispõe sobre a criação do Programa de Habitação Rural. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 139/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a Instituição do Sistema Seriado nas Escolas Públicas do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 147/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que considera relevante no impacto sócio-ambiental, o remanejamento e reassento de contingente populacional em áreas onde são implantados empreendimentos de barragens no Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 151/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a gratuidade na expedição de carteiras de identidade para pessoas carentes e desempregadas. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 152/2003, de autoria do deputado Renato Gaúcho, inclui a disciplina de cidadania no currículo das escolas estaduais do Paraná. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 254/2003, de autoria do deputado, Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam disquetes ou similares a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 295/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que institui o sistema de bônus pecuniários e de pontuação por merecimento aos integrantes da Polícia Civil e Polícia Militar em caso de apreensão de

armas. *** emendas de Plenário. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 348/2003, de autoria dos deputados Elton Carlos Welter e Luciana Rafagnin, que proíbe a utilização de alimentos, geneticamente modificados na composição da merenda escolar fornecida aos alunos dos estabelecimentos escolar público da rede estadual do Paraná. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 351/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre questões relacionadas com liberdade de crença religiosa, fixando obrigações alternativas e tratando da realização de concursos públicos seletivos, aplicação de provas e atribuições de frequência a alunos no Estado do Paraná. Projeto de Lei nº 476/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, as provas dos concursos públicos para ingresso na administração pública estadual direta, indireta e fundacional, realizar-se-ão aos domingos. *** **Ambos anexos. Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que cria a caderneta escolar no âmbito da rede pública estadual. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 377/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que institui o Programa de Incentivo ao Custeio do Ensino Superior no Estado do Paraná. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 378/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que isenta as Associações, Fundações, Organizações, Entidades Sociais, Comunitárias e Esportivas sem fins lucrativos do pagamento das taxas e custas dos ofícios de Justiça do Estado do Paraná. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 379/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que isenta do pagamento das certidões criminais perante os órgãos públicos do Paraná. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, torna-se obrigatória a anexação das cópias das notas fiscais nos processos da carteira nacional de habilitação junto ao Detran, Paraná. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 382/2003, de autoria do deputado Valderlei Iensen, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 384/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que altera o anexo único da Lei nº 13.976/2002 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 385/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que altera a redação da lei nº 11.019/94 - alterou a Lei nº 7.811/83 - Tabelas de serviços do Detran. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 395/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que estabelece a responsabilidade da administração pública estadual pelos danos decorrentes das invasões de terras. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 400/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que cria o Banco de Patrocínio. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 403/2003, de autoria dos deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Turismo. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 404/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela Procuradora Geral do Estado, contra o agente público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 405/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hotéis e estabelecimentos congêneres criarem e mante-

rem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Nova Tebas e Pitanga. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 412/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que obriga as empresas privadas que atuam sob a forma de prestação direta ou intermediação de serviços médico-hospitalares a garantirem atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças na Organização Mundial de Saúde. **Relator: deputado Luciano Ducci, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 423/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, que proíbe o condicionamento da aceitação de cheques a tempo mínimo de abertura de conta corrente. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 425/2003, autor, deputado Rafael Greca, que institui a adoção de medidas urgentes nos casos de prisão em flagrante segundo os critérios que determina. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 426/2003, autor deputado Rafael Greca, cria o seguro reemprego aos ex-detentos, **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 427/2003, autor, deputado Rafael Greca de Macedo, obriga os escritórios modelos de assistência judiciária dos cursos de direito das Universidades Públicas Estaduais, a manterem plantão criminal. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 429/2003, autor Poder Executivo, que dispõe que os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, poderão ser pagos em uma ou mais parcelas. *** **Emendas de Plenário. Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 435/2003, autor, deputada Arlete Caramês, dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da Rede Pública Estadual de Educação. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 453/2003, autor, deputado Antonio Anibelli, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóveis para a prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 455/2003, autor deputado Barbosa Neto, autoriza o Poder Executivo a ceder o uso de terreno ao município de Londrina para a construção de um centro cultural. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 456/2003, autor deputado Nereu Moura, concede a isenção das taxas de estadias nos pátios do Detran aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/2002. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 477/2003, autor, deputado Artagão Júnior, dispõe sobre preços em desacordo com o anunciado ou exposto e os praticados por estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 492/2003, autor deputado Antonio Anibelli, dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 14.055/2003 - Balsas e Ferry-Boat. **Relator deputado Delegado Bradock designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 496/2003, autor, deputado Jocelito Canto, denomina Waldemar Teodoro a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 498/2003, autor deputado Hermas Brandão, cria Parque Público de Lazer no município de Almirante Tamandaré. **Relator deputado Antonio Anibelli, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 504/2003, autor, deputada Cida Borghetti, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor Ricardo Alves da Conceição. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 507/2003, autor deputado Hermas Brandão, denomina João Leandro Barbosa o trecho entre o município de Rio Branco do Ivaí, ao entroncamento da Rodovia PR 082. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 39/2003, autor, deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação

Regional de Movimento Amor Exigente, com sede e foro no município de Londrina. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 66/2003, autor, deputado Ângelo Vanhoni, declara de Utilidade Pública a Ong S.O.S Cultura, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 72/2003, autor, deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Lar Comunitário dos Velhinhos, com sede no município de São José da Boa Vista e foro no município de Wescelau Braz. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 77/2003, autor deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil, com sede e foro no município de Londrina. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 117/2003, autor, deputado Plauto Miró Guimarães, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Habitacional Santa Terezinha, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 118/2003, autor, deputado Tadeu Veneri, declara de Utilidade Pública a Associação dos Adquirentes de Imóveis Financiados, com sede e foro nesta Capital. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 150/2003, autor, deputado Ângelo Vanhoni, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Alto Atuba, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 175/2003, autor, deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Porteira do Norte, com sede e foro na comarca de Wescelau Braz. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 204/2003, autor, deputado Ângelo Vanhoni, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos Três Bairros, com sede e foro no município de Rio Negro. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003. Banco.**

Projeto de Lei nº 230/2003, autor, deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Obra de Assistência Social Papa João XXIII, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 245/2003, autor, deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública o Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiro e Planta Santa Helena, com sede e foro nesta Capital. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 257/2003, autor, deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense Cismusep, com sede e foro no município de Maringá. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 276/2003, autor, deputado Durval Amaral, declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cruzeiro do Sul, com sede e foro no município de Paranacity. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 287/2003, autor, deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa de Nazaré, com sede e foro no município de Maringá. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 411/2003, autor, deputado Natálio Stica, declara de Utilidade Pública a Associação dos Cidadãos da Vila Izabel, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 251/2003, autor, deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade Pública a Federação Regional de Pais Presidentes de APMs e APP's de Escolas Estaduais e Municipais de Campo Mourão e Região Jurisdicionadas com sede e foro no município de Campo Mourão. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 299/2003, autor, deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública a Comunitária de Moradores do Bairro Água do Gavião, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 300/2003, autor, deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Pachelli, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 308/2003, autor, deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública Associação de Senhoras de Rotarianos de Planalto, com sede e foro no município de Capanema. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 309/2003, autor, deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Maria Vicentina, com sede e foro no município de Maringá. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 345/2003, autor, deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Ucraniana e Amigos de Nova Cantu, com sede no município de Nova Cantu e foro em Campina da Lagoa. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 353/2003, autor, deputado Ademir Bier, declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos e Hipertensos do Bairro Itaipu, com sede e foro no município de Medianeira. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 388/2003, autor, deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública Associação de Mulheres Rurais de Chopinzinho, com sede e foro no município de Chopinzinho. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 392/2003, autor, deputado Ademir Bier, declara de Utilidade Pública a Associação de Ensino Agropecuário Oeste do Paraná, com sede e foro no município de Palotina. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 415/2003, autor, deputado Jocelito Canto, declara de Utilidade Pública a Casa de Passa-

gem Filhos de Deus, com sede e foro no município de Reserva. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 439/2003, autor, deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Centauro, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 442/2003, autor, deputado Jocelito Canto, declara de Utilidade Pública a Instituição Garagem da Esperança, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 445/2003, autor, deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública o Instituto Brasileiro de Educação Ambiental, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 485/2003, autor, deputado Ademar Traiano, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Bom Menino, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 501/2003, autor, deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Escolas de Futebol, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Chico Noroeste, designado em 10.09.2003.**